



### Fiscal de Tributos

#### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR

- Os Cadernos de Prova de cada cargo possuem 4 tipos diferentes, sendo o conteúdo das questões o mesmo para todos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e alternativas.
- Verifique acima o tipo do seu Caderno de Prova e preencha no cartão-resposta, em campo específico, o número correspondente ao tipo do seu Caderno de Prova.
- Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma é a resposta correta.
- Todas as respostas julgadas como corretas do Caderno de Prova deverão ser transportadas para o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma.
- Faça o preenchimento do tipo de prova e da alternativa que julgar correta, conforme o exemplo a seguir: ●
- Confira se este Caderno de Prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se o mesmo contém **35** questões, numeradas de **1 a 35**.
- Verifique no caderno de prova se faltam folhas, se a sequência de questões está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
- Deixe sobre a carteira apenas documento de identificação, caneta esferográfica de tinta azul ou preta feita de material transparente e recipiente transparente com água, sem qualquer etiqueta ou rótulo.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Ao terminar sua prova, entregue o cartão-resposta devidamente **preenchido e assinado** ao fiscal de sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

#### TEMPO DE PROVA

- A prova objetiva terá duração máxima de **3h00min**, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 30 minutos de seu início e poderá levar o caderno de provas.
- Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão retirar-se da sala de prova simultaneamente e devem fazê-lo após o encerramento da ata de sala.

#### NÃO É PERMITIDO

- Folhear o Caderno de Prova antes da autorização do fiscal.
- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- Qualquer tipo de consulta, seja por meio de recursos didáticos, elétricos ou eletrônicos.
- Sair da sala durante a realização da prova sem o acompanhamento de um fiscal.
- Uso do banheiro após entregar seu cartão-resposta.
- A permanência de candidatos no local de realização das provas após o término e a entrega do cartão-resposta.

## Conhecimentos Específicos

### Questão 01

De acordo com o Art. 146 e seu parágrafo único do Código Tributário de Anchieta/SC, assinale a alternativa correta.

- (A) O estabelecimento poderá iniciar suas atividades e solicitar a licença posteriormente, desde que comprove boa-fé.
- (B) A licença para localização é opcional e se aplica apenas a estabelecimentos de médio e grande porte, conforme regulamentação específica.
- (C) O alvará de licença deve ser guardado pelo responsável legal e apresentado somente quando solicitado pela fiscalização.
- (D) Nenhum estabelecimento sujeito ao recolhimento da taxa poderá iniciar suas atividades no município sem a prévia licença de localização, a qual será reconhecida por meio da emissão de alvará fixado em local visível.

### Questão 02

Conforme o Código Tributário de Anchieta/SC, considera-se serviço utilizado potencialmente quando:

- (A) O contribuinte tiver solicitado previamente sua utilização.
- (B) Sendo de utilização compulsória, seja posto à disposição mediante atividades administrativas em efetivo funcionamento.
- (C) Houver cobrança de tarifa pública correspondente.
- (D) O serviço é usufruído de forma coletiva e gratuita.

### Questão 03

O lançamento é o ato vinculado da Administração Tributária que formaliza a constituição do crédito tributário, sendo também o ponto de partida para a cobrança do valor devido. A correta aplicação dos tipos de lançamento e o respeito ao devido processo administrativo fiscal são essenciais para garantir a segurança jurídica e a legitimidade da atuação fiscal.

Com base na legislação tributária e nos procedimentos administrativos relativos ao lançamento e à cobrança de tributos, assinale a alternativa correta:

- (A) A cobrança administrativa de tributo lançado de ofício independe da abertura de prazo para impugnação, uma vez que o crédito é constituído unilateralmente pela Fazenda Pública.
- (B) O lançamento por homologação dispensa a formalização de qualquer ato posterior por parte da Administração, mesmo nos casos em que o contribuinte deixa de pagar ou paga a menor o tributo.

- (C) A inscrição em dívida ativa pode ocorrer antes da notificação do lançamento ao contribuinte, desde que a autoridade administrativa tenha certeza da existência do débito.
- (D) A exigência do crédito tributário depende de prévio lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo, sendo nulo o processo de cobrança judicial se inexistente ou inválido o lançamento.

### Questão 04

Durante uma auditoria fiscal em um órgão público municipal, verificou-se que determinados créditos tributários relativos ao ISSQN ainda não haviam sido formalmente constituídos, apesar de já serem devidos há mais de um ano. O profissional da fiscalização explicou que a simples ocorrência do fato gerador não torna automaticamente exigível o tributo, sendo necessário que a autoridade competente atue para formalizar sua exigência. Nesse contexto, com base na legislação tributária vigente, é correto afirmar que:

- (A) O crédito tributário somente se torna plenamente exigível após o lançamento, que o constitui formalmente, sendo este o ato administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador, calcula o montante devido e identifica o sujeito passivo.
- (B) A exigibilidade do crédito tributário decorre exclusivamente da data de vencimento estabelecida pela legislação, independentemente da realização do lançamento.
- (C) O lançamento é dispensável sempre que o fato gerador for certo e o valor do tributo puder ser apurado de forma objetiva pelo contribuinte.
- (D) A constituição do crédito tributário ocorre no momento em que a obrigação tributária surge, bastando para tanto a ocorrência do fato gerador.

### Questão 05

A escrituração contábil e fiscal constitui ferramenta importante para o controle, a fiscalização e a auditoria tributária. Com base na legislação vigente e nos procedimentos fiscais, assinale a alternativa correta:

- (A) O livro Registro de Apuração do ICMS, de escrituração obrigatória para contribuintes desse imposto, deve conter a memória de cálculo do tributo a recolher e possibilita a verificação de créditos e débitos fiscais, sendo fundamental na análise fiscal.
- (B) A escrituração contábil digital (ECD) dispensa a necessidade de manutenção de livros físicos e também substitui os livros fiscais, independentemente da legislação específica estadual.
- (C) Os livros fiscais e contábeis, mesmo quando legalmente exigidos, são de apresentação facultativa ao Fisco, cabendo à autoridade solicitar apenas quando houver suspeita de fraude ou erro contábil.

- (D) O livro Registro de Inventário, embora previsto na legislação, não possui relevância para fins de fiscalização tributária, já que não interfere diretamente no cálculo dos tributos indiretos.

### Questão 06

A respeito dos Impostos Municipais, analise os itens abaixo:

I.O município pode estabelecer alíquotas progressivas de IPTU com base no valor venal do imóvel, como forma de implementar o princípio da capacidade contributiva.

II.O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) deve ser fiscalizado exclusivamente pela Receita Federal, uma vez que se trata de um tributo incidente sobre a atividade econômica.

III.O ITBI não pode ser cobrado nos casos de incorporação de imóvel ao capital social de pessoa jurídica, salvo se a atividade preponderante for a compra e venda de imóveis.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (B) Os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos.

### Questão 07

O lançamento tributário é o procedimento administrativo por meio do qual a Administração Pública constitui o crédito tributário, fixando o montante devido pelo sujeito passivo. Assinale a alternativa correta sobre os procedimentos de lançamento e cobrança dos tributos:

- (A) O lançamento por homologação é aquele em que o contribuinte antecipa o pagamento do tributo e a Administração tem o prazo de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, para homologar ou revisar o pagamento.
- (B) O lançamento por declaração é cabível nos casos em que a autoridade administrativa declara a existência do fato gerador com base nos registros internos da Fazenda, independentemente de colaboração do contribuinte.
- (C) O lançamento de ofício é aplicável exclusivamente aos tributos municipais não pagos até o vencimento e não exige prévio procedimento de fiscalização.
- (D) A cobrança judicial do crédito tributário pode ser iniciada mesmo antes de sua constituição definitiva, desde que haja indício de omissão de receita.

### Questão 08

Sobre cadastro de contribuintes e definição de domicílio fiscal, analise as alternativas a seguir e registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

(\_\_ )A inscrição no cadastro de contribuintes é condição essencial para que a capacidade tributária ativa da

Fazenda Pública seja reconhecida perante o contribuinte.

(\_\_ )O domicílio fiscal pode ser definido pelo contribuinte, mas, na ausência de indicação, a autoridade tributária poderá fixá-lo com base no local da atividade econômica principal.

(\_\_ )O cadastro de contribuintes tem natureza meramente fiscal e não vincula o reconhecimento da condição de sujeito passivo, que decorre da ocorrência do fato gerador.

(\_\_ )A pessoa natural pode ser sujeito passivo de obrigação tributária mesmo sendo absolutamente incapaz, desde que pratique o fato gerador em nome próprio.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, V.
- (B) F, F, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) V, V, V, F.

### Questão 09

A Lei Complementar nº 116/2003 regula o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos municípios e do Distrito Federal, e tem papel central na arrecadação local. A legislação delimita os critérios de incidência, define serviços tributáveis por meio de lista anexa e estabelece normas gerais sobre o local da prestação e os sujeitos passivos. Considerando os dispositivos da LC nº 116/2003, assinale a alternativa correta:

- (A) A cobrança do ISSQN em operações de leasing ocorre exclusivamente no município onde se encontra sediado o tomador do serviço, independentemente do tipo de arrendamento envolvido.
- (B) A lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 é meramente exemplificativa, sendo permitida aos municípios a inclusão de novas atividades com base no princípio da autonomia tributária.
- (C) A alíquota mínima do ISSQN é fixada livremente por cada município, inclusive com possibilidade de concessão de isenção generalizada a qualquer setor econômico, desde que autorizada por lei local.
- (D) A incidência do ISSQN independe da denominação dada ao contrato de prestação de serviços, sendo irrelevante se o serviço constar como obrigação principal em contratos mais amplos, desde que esteja listado na lista anexa da lei complementar.

### Questão 10

A imunidade tributária representa uma vedação constitucional ao poder de tributar, limitando a atuação dos entes federativos frente a determinadas situações, valores ou entidades cuja proteção se justifica por

fundamentos como liberdade, interesse público e repartição de competências. Considerando as disposições constitucionais e doutrinárias sobre os tipos de imunidade tributária, assinale a alternativa correta:

- (A) As imunidades tributárias são sempre condicionadas a lei complementar, devendo ser regulamentadas para produzirem efeitos jurídicos.
- (B) A imunidade cultural prevista na Constituição abrange apenas livros e jornais, excluindo os periódicos e os papéis destinados à sua impressão.
- (C) A imunidade recíproca impede que os entes federativos instituem impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros, salvo se explorarem atividade econômica regida pelas normas do direito privado.
- (D) A imunidade religiosa se aplica indistintamente a quaisquer tributos, abrangendo inclusive taxas de serviços públicos utilizados de forma específica e divisível pelas entidades religiosas.

### Questão 11

A respeito da suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário, é correto afirmar que:

I—A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário, mas não impede a sua inscrição em dívida ativa.

II—A remissão é uma forma de exclusão do crédito tributário que pode ser concedida em caráter geral ou individual, dependendo de lei específica.

III—O pagamento efetuado após o ajuizamento da execução fiscal extingue o crédito tributário e, por isso, impede a cobrança de custas e honorários advocatícios.

A seguir assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos;
- (B) Apenas o item II está correto;
- (C) Apenas os itens II e III estão corretos;
- (D) Apenas os itens I e III estão corretos;

### Questão 12

No âmbito da Administração Pública, a legalidade não é apenas um princípio abstrato, mas uma garantia efetiva ao contribuinte e ao ordenamento fiscal. Ela assegura que nenhuma cobrança, majoração ou extinção de tributo poderá ocorrer sem previsão expressa em lei. Assinale a alternativa que expressa corretamente uma aplicação concreta da garantia da legalidade tributária no exercício da atividade fiscalizadora do Estado.

- (A) A atualização monetária do valor do tributo, quando baseada em índice legalmente previsto, exige a edição de nova lei específica autorizadora.
- (B) A legalidade tributária permite que o Poder Executivo institua contribuições sociais por meio de medida provisória, mesmo sem urgência e relevância.

- (C) A cobrança de taxas públicas pode ocorrer mesmo sem lei específica, desde que haja prestação de serviço público efetivo ou potencial.
- (D) O lançamento de um novo tributo por meio de decreto do Poder Executivo é vedado, mesmo que tenha finalidade arrecadatória justificada por situação emergencial.

### Questão 13

A respeito da apuração de irregularidades fiscais e lançamento de débitos, analise os itens abaixo:

I.A lavratura de auto de infração é o único instrumento legal para formalizar a apuração de irregularidades fiscais, mesmo em casos em que o contribuinte reconhece o débito espontaneamente.

II.O lançamento tributário decorrente de fiscalização direta pode ocorrer mesmo na ausência de dolo, fraude ou simulação por parte do contribuinte.

III.A fiscalização tributária está impedida de promover lançamento de débitos que estejam sendo discutidos em processo administrativo fiscal com decisão definitiva.

Após análise, assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.

### Questão 14

A isenção fiscal constitui benefício legal concedido por norma infraconstitucional que tem por consequência a dispensa do pagamento do tributo. Com base na legislação e na jurisprudência atual, assinale a alternativa correta sobre isenções fiscais:

- (A) A isenção condicionada ao cumprimento de requisitos pode ser invocada independentemente de comprovação, bastando a presunção de que o contribuinte se enquadra na hipótese legal.
- (B) Isenções fiscais podem ser concedidas por decreto, desde que haja autorização genérica na legislação anterior, ainda que esta não preveja critérios objetivos.
- (C) A isenção extingue o crédito tributário antes mesmo de seu lançamento, equiparando-se juridicamente à imunidade, inclusive quanto à sua natureza constitucional.
- (D) A concessão de isenção tributária depende de lei específica que trate exclusivamente da matéria, salvo no caso de impostos de competência da União, nos quais é admitida previsão em leis que versem sobre assuntos correlatos.

### Questão 15

De acordo com o Art. 154 do Código Tributário do Município de Anchieta/SC, assinale a alternativa que apresenta corretamente o conceito de estabelecimento

para fins de incidência tributária municipal.

- (A) Considera-se estabelecimento qualquer local onde se exerça atividade comercial, industrial, profissional ou de prestação de serviço e similar, inclusive no interior de residência e independentemente de localização fixa.
- (B) Somente se considera estabelecimento aquele situado em imóvel comercial formalmente registrado.
- (C) Para ser considerado estabelecimento, a atividade deve obrigatoriamente envolver atendimento ao público em local fixo.
- (D) Estabelecimento é exclusivamente o local com finalidade comercial ou industrial e sede física própria.

### Questão 16

Com base no Art. 3º da Lei nº 123/2002, que dispõe sobre o Sistema Tributário do Município de Anchieta/SC, assinale a alternativa que indica corretamente os tributos que o compõem:

- (A) Somente impostos e contribuição de melhoria decorrente de obras públicas.
- (B) Apenas impostos, taxas e contribuições sociais.
- (C) Impostos, taxas e contribuição de melhoria decorrente de obras públicas.
- (D) Apenas impostos e taxas.

### Questão 17

A estrutura tributária brasileira prevê uma repartição de competências entre os entes federativos, estabelecida pela Constituição de 1988. A complexidade na aplicação prática desses tributos impõe ao gestor público e ao fiscal de tributos a necessidade de compreender os critérios de competência, repartição de receitas, incidência e função extrafiscal.

Considerando o contexto de arrecadação e fiscalização no setor público, assinale a alternativa correta sobre os impostos:

- (A) O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é de competência federal, mas sua arrecadação e fiscalização dependem exclusivamente da Receita Federal, sem possibilidade de descentralização para os municípios.
- (B) O ICMS incide uniformemente sobre todas as mercadorias e serviços, inclusive exportações e livros, sem exceções constitucionais, sendo de competência federal compartilhada com os estados.
- (C) O IPI e o ICMS, embora distintos quanto à competência tributária, permitem compensação em operações subsequentes dentro da cadeia produtiva, evidenciando uma estrutura de não cumulatividade, ainda que baseada em regimes legais próprios.

- (D) O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) compartilham a mesma sistemática de lançamento por homologação, sendo ambos de competência exclusiva dos estados federados.

### Questão 18

Sobre Espécies de tributos e competência tributária, analise as alternativas a seguir e registre V, para verdadeiro, e F, para falso:

(\_\_ ) A competência para instituir contribuições de melhoria é comum a todos os entes federativos, desde que realizem obras públicas que valorizem imóveis particulares.

(\_\_ ) As taxas têm como fato gerador uma situação de capacidade contributiva do contribuinte, assim como os impostos.

(\_\_ ) A União possui competência para instituir todos os impostos residuais, desde que respeite os princípios constitucionais tributários e o critério da noventena.

(\_\_ ) Os empréstimos compulsórios são tributos instituídos exclusivamente pela União e exigem previsão em lei complementar.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, V, V, F.
- (B) V, F, F, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, F, F, V.

### Questão 19

O princípio da capacidade contributiva, previsto no artigo 145 da Constituição Federal de 1988, é um dos pilares da justiça fiscal e tem por finalidade garantir que os tributos, especialmente os impostos, respeitem a aptidão econômica de cada contribuinte. Embora não se aplique indistintamente a todas as espécies tributárias, trata-se de diretriz indispensável ao desenho de políticas fiscais no setor público. Diante dessa diretriz constitucional, assinale a alternativa correta:

- (A) O princípio da capacidade contributiva impõe que os impostos sejam graduados conforme a situação econômica do contribuinte, sendo mais fortemente exigido nos tributos diretos e pessoais, como o Imposto de Renda.
- (B) A capacidade contributiva é irrelevante na definição da progressividade fiscal, sendo possível aplicar alíquotas uniformes mesmo em tributos cuja natureza requeira justiça fiscal.
- (C) Tributos indiretos, como o ICMS, são exemplos perfeitos de aplicação da capacidade contributiva, pois consideram a renda real do consumidor final no momento da incidência.

- (D) A aplicação do princípio da capacidade contributiva é obrigatória a todas as espécies tributárias, inclusive taxas e contribuições de melhoria, uma vez que seu objetivo é distribuir a carga tributária de forma igualitária.

## Questão 20

No âmbito dos tributos de competência municipal, a atuação dos agentes fiscais deve observar os princípios constitucionais, a legislação local e os procedimentos administrativos, assegurando ao contribuinte o contraditório e a ampla defesa, quando for o caso. Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta sobre a fiscalização dos tributos municipais:

- (A) A fiscalização de tributos municipais como o ISSQN e o IPTU deve necessariamente ocorrer com aviso prévio ao contribuinte, salvo nos casos de flagrante sonegação.
- (B) A lavratura de auto de infração por descumprimento de obrigação tributária municipal é ato vinculado e não depende de autorização superior, desde que estejam presentes os indícios materiais da infração.
- (C) O Município não pode realizar fiscalização direta em empresas optantes pelo Simples Nacional, cabendo apenas à União essa competência, conforme o princípio da isonomia tributária.
- (D) A fiscalização municipal não pode utilizar informações obtidas por cruzamento eletrônico de dados fiscais sem prévia autorização judicial.

## Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 30.

### Auto Riso

Conheci Vitor no trabalho e logo se tornou um conselheiro para mim. Ele tinha mais experiência e equilibrava suas ações com bom senso. Sempre aprendi muito com ele, tanto pela vivência quanto pela forma descontraída de encarar a vida.

Vitor era português e, ao invés de se incomodar com piadas sobre sua nacionalidade, as usava a seu favor. Durante discussões sobre textos no trabalho, propunha:

— Se eu, que sou português, entender, qualquer um entenderá!

Todos riam, e sua frase se tornou uma marca. Ele acabou se tornando referência para textos bem escritos.

Outro episódio memorável foi uma confraternização da sua turma de faculdade. Empolgado, ele reencontrou os amigos e, no dia seguinte, comentou:

— Descobri que sou antiquado. Fui o único que não trocou de carro... nem de mulher!

Rimos muito. Mas o mais valioso era sua capacidade de rir de si mesmo, sem arrogância. Ele me ensinou que a verdadeira autoconfiança permite ver graça em si, sem

medo do julgamento.

"Aquele que não consegue rir de si mesmo, deixa esse trabalho para os outros."

Antonio Carlos Sarmiento - Texto Adaptado

<https://cronicaseagudas.com/2022/03/20/auto-riso/>

## Questão 21

Leia o trecho do texto a seguir:

"Ele acabou se tornando referência para textos bem escritos."

Com base na predicação verbal, analise o tipo de predicado presente na oração e sua estrutura sintática.

- (A) Predicado verbal, pois o verbo "tornando" expressa uma ação, não exigindo complemento que atribua característica ao sujeito.
- (B) Predicado verbo-nominal, pois há um verbo significativo indicando ação e um predicativo do sujeito, que atribui uma característica ao sujeito "Ele".
- (C) Predicado nominal, pois o verbo "se tornou" é de ligação e "referência para textos bem escritos" exerce a função de predicativo do sujeito.
- (D) Predicado verbo-nominal, pois há um verbo de ligação e um complemento verbal que funciona como objeto direto.

## Questão 22

Com base no texto, analise as seguintes afirmativas:

I.O humor no texto é construído a partir do modo como o personagem Vitor encara a própria identidade e experiências, utilizando-se do riso como estratégia de autoconfiança.

II.A frase "Se eu, que sou português, entender, qualquer um entenderá!" sugere que Vitor se vê como alguém com dificuldades de compreensão, reforçando o estereótipo sobre portugueses.

III.A reflexão final do narrador sobre a importância do riso evidencia que o texto apresenta, além da anedota, um ensinamento sobre autoconfiança e inteligência emocional.

IV.A referência ao reencontro universitário de Vitor sugere um tom crítico, indicando que ele se sente deslocado e insatisfeito em relação ao seu próprio envelhecimento.

Com base na análise do texto, é CORRETO afirmar que:

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (C) Todas as afirmativas estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.

## Questão 23

Com base na pontuação gráfica, analise a correção do

uso da vírgula no trecho: "Vitor era português e, ao invés de se incomodar com piadas sobre sua nacionalidade, as usava a seu favor."

- (A) O uso da vírgula está incorreto, pois "ao invés de" exige uma oração coordenada iniciada por "mas" ou "porém", tornando a construção inadequada.
- (B) O uso da vírgula está correto, pois marca um deslocamento da locução adverbial "ao invés de se incomodar com piadas sobre sua nacionalidade", garantindo a clareza da frase.
- (C) O uso da vírgula está incorreto, pois separa indevidamente o sujeito do verbo na oração "Vitor era português e".
- (D) O uso da vírgula está correto, pois indica uma enumeração de ideias dentro da mesma oração, separando corretamente elementos independentes.

### Questão 24

Com base nas regras de acentuação gráfica estabelecidas pelo Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, analise a acentuação da palavra "descontraída" em "Sempre aprendi muito com ele, tanto pela vivência quanto pela forma descontraída de encarar a vida" e assinale a alternativa correta.

- (A) A acentuação da palavra "descontraída" está incorreta, pois, conforme o Novo Acordo Ortográfico, não se deve mais acentuar vogais "i" e "u" tônicas quando formam hiato e são precedidas por ditongo em paroxítonas.
- (B) A palavra "descontraída" está corretamente acentuada, pois o "i" tônico forma hiato com a vogal anterior e está sozinho na sílaba, condição em que o acento é mantido pelo acordo ortográfico.
- (C) A palavra "descontraída" deveria ser escrita sem acento, pois o "i" tônico forma hiato com a vogal anterior e está acompanhado por outra consoante na sílaba.
- (D) A palavra "descontraída" está corretamente acentuada, pois o "i" átono forma hiato com a vogal anterior e está sozinho na sílaba, condição em que o acento é facultativo pelo novo acordo ortográfico.

### Questão 25

Com base na análise sintática, a oração "que sou antiquado" no período "Descobri que sou antiquado" exerce qual função sintática na estrutura da frase?

- (A) Oração subordinada substantiva objetiva direta, pois completa o sentido do verbo "descobri", funcionando como seu complemento sem preposição.
- (B) Oração subordinada substantiva subjetiva, pois desempenha o papel de sujeito da oração principal.
- (C) Oração subordinada substantiva completiva nominal, pois complementa um nome presente na oração principal.
- (D) Oração subordinada adjetiva restritiva, pois caracteriza de forma específica o sujeito "eu".

### Questão 26

"Aquele que não consegue rir de si mesmo, deixa esse trabalho para os outros."

Com base nos princípios de coesão e coerência textual, analise a função do pronome "esse" no trecho: "Aquele que não consegue rir de si mesmo, deixa esse trabalho para os outros."

- (A) Está incorretamente empregado, pois o uso adequado seria "aquele", para estabelecer uma referência a um termo distante na estrutura do texto.
- (B) Está incorretamente empregado, pois deveria ser substituído por "este", uma vez que se refere a algo ainda não mencionado no texto.
- (C) Está corretamente empregado, pois introduz uma nova informação ao leitor, garantindo a progressão textual.
- (D) Está corretamente empregado, pois estabelece uma referência anafórica, retomando a ideia de "rir de si mesmo" mencionada anteriormente no enunciado.

### Questão 27

Com base na análise da regência verbal, a forma verbal "ensinou" em "Ele me ensinou que a verdadeira autoconfiança permite ver graça em si, sem medo do julgamento" apresenta qual classificação quanto à sua transitividade?

- (A) Verbo transitivo direto.
- (B) Verbo transitivo direto e indireto.
- (C) Verbo intransitivo.
- (D) Verbo transitivo indireto.

### Questão 28

Leia o trecho do texto a seguir:

"Se eu, que sou português, entender, qualquer um entenderá!"

Considerando os vícios de linguagem, analise a construção da frase dita por Vitor e assinale a alternativa correta.

- (A) A frase não apresenta vício de linguagem, pois o uso da estrutura reforça a intenção humorística do personagem e mantém a clareza comunicativa.
- (B) A construção apresenta um caso de ambiguidade, pois não está claro se "qualquer um" refere-se a um grupo específico ou a todos os indivíduos.
- (C) Há um caso de solecismo, pois a oração "Se eu, que sou português, entender" apresenta um erro sintático na concordância verbal.
- (D) A frase apresenta um caso de pleonasmismo vicioso, pois a expressão "qualquer um entenderá" reforça desnecessariamente a ideia já expressa no início da oração.

## Questão 29

Leia o trecho do texto a seguir:

"Ele me ensinou que a verdadeira autoconfiança permite ver graça em si, sem medo do julgamento."

Com base no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, sobre o uso do hífen na palavra "autoconfiança", analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

- (A) A grafia correta seria "auto confiança", pois, segundo as regras ortográficas, o prefixo "auto-" deve ser separado da palavra seguinte quando esta for um substantivo derivado de verbo.
- (B) A palavra deveria ser grafada como "auto-confiança", pois, segundo o Novo Acordo Ortográfico, o hífen deve ser mantido sempre que houver um prefixo ligado a um substantivo abstrato.
- (C) A grafia da palavra está incorreta, pois, segundo o Novo Acordo Ortográfico, o hífen deve ser mantido em palavras compostas iniciadas pelo prefixo "auto-".
- (D) A palavra "autoconfiança" está corretamente grafada, pois, conforme o Novo Acordo Ortográfico, o hífen não é utilizado quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com consoante diferente de "h".

## Questão 30

Leia o trecho do texto a seguir:

"Vitor era português e, ao invés de se incomodar com piadas sobre sua nacionalidade, as usava a seu favor."

Com base nas regras de concordância verbal e nominal, analise a concordância do pronome "as" na oração e assinale a alternativa correta.

- (A) A oração apresenta um caso de erro de concordância verbal, pois o verbo "usava" deveria estar no plural para concordar com "piadas".
- (B) O pronome "as" deveria ser substituído por "lhes", pois faz referência a um termo no plural e exerce função de objeto indireto na oração.
- (C) A concordância do pronome "as" está correta, pois ele retoma o termo "piadas", concordando com ele em gênero e número.
- (D) A concordância do pronome "as" está incorreta, pois deveria estar no singular para concordar com "nacionalidade", resultando em "a usava a seu favor".

## Conhecimentos Gerais

### Questão 31

Na cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, é possível constatar uma forte influência portuguesa, observada, entre outros, na economia, na arquitetura e no modo de falar do florianopolitano. Tendo sido tomada por espanhóis, a ilha só foi entregue novamente aos portugueses após a formalização de um acordo, chamado de:

- (A) Tratado de Santo Ildefonso.
- (B) Tratado de Tordesilhas.
- (C) Tratado de Nanquim.
- (D) Tratado de Petrópolis.

### Questão 32

Que fato configura a evidência de que grupos indígenas foram os primeiros povos que viveram nas terras de Anchieta/SC, seja de forma seminômade ou usando a natureza local como parte dos caminhos intertribais da época?

- (A) As marcas de devastação da natureza, deixadas por esses povos.
- (B) A existência de objetos fósseis encontrados no território.
- (C) A existência de registros fotográficos feitos por viajantes que passaram pelo território.
- (D) As heranças culturais deixadas por esses povos, fortemente presentes nos costumes da população anchietense até os dias atuais.

### Questão 33

De acordo com o Artigo 29 parágrafo 1º da Lei Orgânica de Anchieta/SC, a sentença judicial transitada em julgamento, o processo administrativo em que lhe seja assegurado ampla defesa e o procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da Lei, assegurada ampla defesa, são condições específicas para que ocorra:

- (A) A perda do cargo do servidor público estável.
- (B) O cancelamento do contrato de trabalho estabelecido temporariamente.
- (C) A imposição de multa ao servidor público, seja ele estável ou não.
- (D) O rebaixamento de cargo do servidor público que ocupa função gratificada.

### Questão 34

Nos últimos anos, o uso de aplicativos de transporte por meio de plataformas digitais se consolidou como uma prática comum no cotidiano das cidades brasileiras. Esse fenômeno impactou a mobilidade urbana, as relações de trabalho e a economia local.

Com base nesse contexto, analise as afirmativas a seguir, assinalando V, para as verdadeiras, e F, para as falsas:

- ( ) O uso de aplicativos favoreceu o compartilhamento de viagens e, em algumas regiões, contribuiu para a redução do uso de veículos particulares.
- ( ) O trabalho realizado por motoristas de aplicativos é, obrigatoriamente, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- ( ) A regulamentação do serviço de transporte por aplicativos é de competência exclusiva da União,

conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

(\_\_\_)O crescimento do uso de aplicativos de transporte impulsionou discussões sobre segurança, precarização das condições de trabalho e necessidade de políticas públicas específicas.

Qual das alternativas abaixo traz a ordem da classificação correta dos itens acima, de cima para baixo?

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, V, F, F.
- (D) V, F, F, V.

### Questão 35

A ditadura militar, instaurada no Brasil a partir do golpe de 1964, promoveu o fechamento do regime e perseguições políticas por meio de Atos Institucionais. Um dos momentos mais críticos desse período foi a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968. Sobre esse contexto, analise as afirmativas a seguir:

I.O AI-5 conferiu ao Presidente da República poderes para fechar o Congresso Nacional e intervir nos estados sem necessidade de autorização do Judiciário.

II.Após o AI-5, foram suspensas as garantias constitucionais dos cidadãos, inclusive o direito ao habeas corpus para crimes políticos.

III.O AI-5 foi revogado imediatamente após a eleição indireta do presidente Tancredo Neves, em 1985.

IV.A repressão política, a censura e o uso da tortura intensificaram-se no período posterior ao AI-5.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.